



Ano I Nº 265  
21 de Dezembro de 2007

### Índice

Mercosul e os sindicatos de metalúrgicos	01
Estrutura Institucional	03
O tratamento dos temas trabalhistas	03
O papel dos sindicatos de Metalúrgicos	04

## INTERNACIONAL

### Mercosul e os sindicatos de metalúrgicos

**Mercosul: problemas, avanços e a atuação dos sindicatos de metalúrgicos**

Maria Sílvia Portela de Castro, Assessora da CNM-CUT

A liberalização financeira e comercial, as profundas mudanças tecnológicas e a transnacionalização dos mercados, vêm produzindo uma nova geografia comercial e produtiva, baseada na livre competição empresarial e no aumento da concentração do capital financeiro e tecnológico nos países mais desenvolvidos e mais industrializados.

Hoje, em praticamente toda a América Latina e o Caribe, com distintas graduações, a ação sindical enfrenta muitas dificuldades e ameaças, seja no âmbito da empresa, seja no nível setorial, derivadas dos processos de privatização, da abertura comercial e financeira e das novas formas de contratação de trabalho, introduzidas pela flexibilização trabalhista implementada, principalmente, nos anos 90. Os sindicatos passaram a viver num contexto que transcende fronteiras e os obriga a adequar-se a um novo cenário econômico e produtivo interno e externo.

Neste cenário ocorre o fenômeno da regionalização dos mercados e insere-se a criação do Mercosul, através da associação entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 1991. Processo que tem sido acompanhado de forma sistemática pelo sindicalismo desses países, que têm reivindicado não somente a adoção de instrumentos de proteção social e trabalhista, mas principalmente têm pressionado para que o ponto de vista do trabalho seja levado em conta nas negociações econômicas e comerciais.

Com este pano de fundo apresentamos os principais aspectos do Mercosul, apresentando uma breve retrospectiva e seu estágio atual; os avanços conseguidos no campo trabalhista; a importância dos setores automobilístico e a siderúrgico na agenda comercial e produtiva do bloco e os desafios que os sindicatos têm que enfrentar, para realmente incidir nos caminhos do mercosul, seja como base de inserção internacional, seja como instrumento para o desenvolvimento da região.

### Breves palavras sobre a trajetória do Mercosul

O Mercado Comum do Sul – Mercosul, foi criado em 26/03/1991, através do Tratado de Assunção, assinado pela Argentina, pelo Brasil, pelo Paraguai e pelo Uruguai. Atualmente, os países do Mercosul concentram uma população estimada em 220 milhões de habitantes e um PIB de aproximadamente 1,3 trilhões de dólares.

Em 2006 a Venezuela pediu a adesão ao bloco e no momento atravessa um período de transição buscando cumprir um cronograma para sua incorporação.

O Tratado de Assunção, estabeleceu como objetivos a construção de um Mercado Comum entre os Estados que integram o Mercosul, prevendo chegar a um estágio de livre circulação de bens, capitais e pessoas. Como metodologia propôs que a construção do mercado comum se desse pela liberalização comercial, que teria início com uma zona de livre comércio e passaria a uma União Aduaneira, para posteriormente chegar a um Mercado Comum.

Desde então, pode-se dizer que o Mercosul vem percorrendo um caminho com muitos vãos e vãos, que de forma sintética são descritos nos períodos apresentados a seguir.

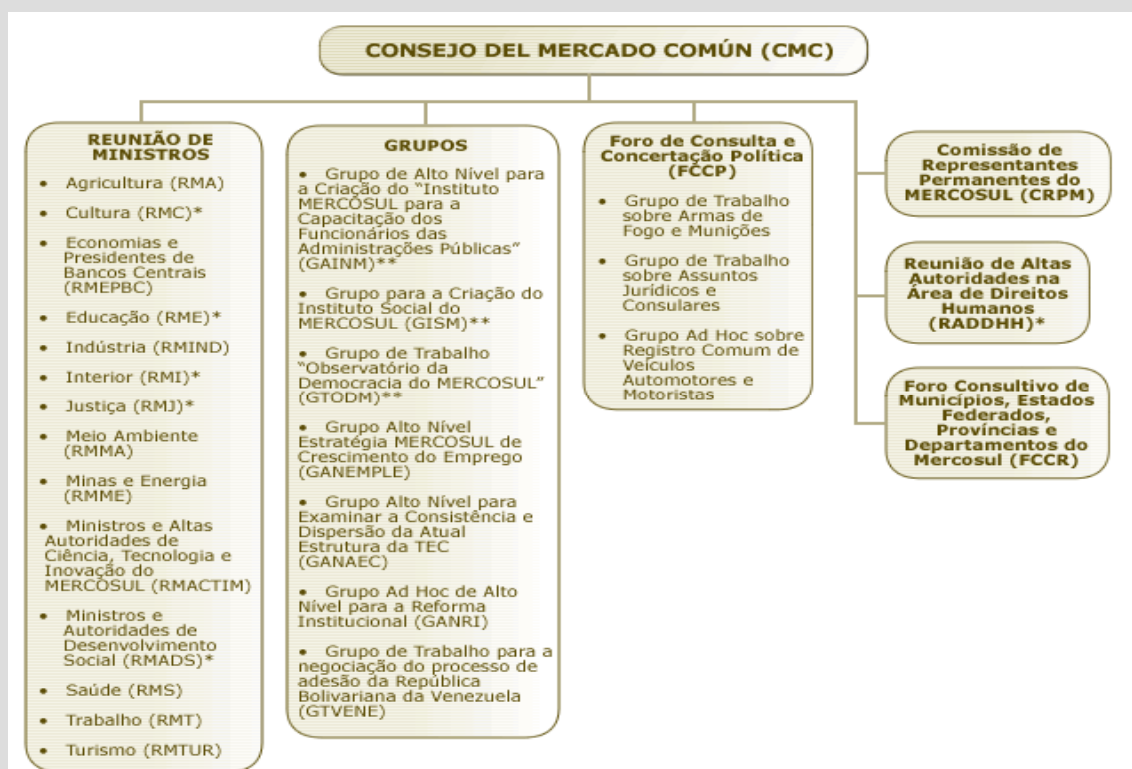
a) 1991- 1994 – claramente um período de construção e com metas definidas – a implementação da zona de livre comércio, através da desgravação tarifária, definição do quadro da tarifa externa comum e comparação e harmonização das legislações e políticas dos 4 países em uma extensa lista de temas e disciplinas, com vistas ao estabelecimento futuro da união aduaneira. Foi um período de forte crescimento do comércio intra-região e de fim da transição do modelo de economia fechada para o período de economia aberta e desregulada.

Em 1994, realizou-se uma importante Conferência Diplomática, que aprovou o Protocolo de Ouro Preto, que definiu a estrutura institucional da nova fase do processo. Em janeiro de 1995, tinha início a instalação de uma zona de livre comércio imperfeita, em que Paraguai e Uruguai negociaram prazos mais longos para eliminar as tarifas e alguns produtos integraram listas de exceção, por serem considerados estratégicos, ou por aguardarem legislação comercial específica. Dessa lista de exceções, somente dois produtos ainda permanecem nessa condição: o açúcar e o setor automobilístico.

b) 1995-1997 – plena vigência dos Planos de supervalorização cambial e das privatizações; importante crescimento do comércio intra-zona e forte crescimento das importações extra-zona, provocando um alto déficit da balança comercial externa, principalmente da Argentina e Brasil, e intensa atividade negociadora externa. Período de poucas decisões em temas não comerciais.

c) 1998-2002 – crise e queda no volume de comércio; aumento de Decisões sobre temas políticos e sociais; intensa atividade negociadora externa.

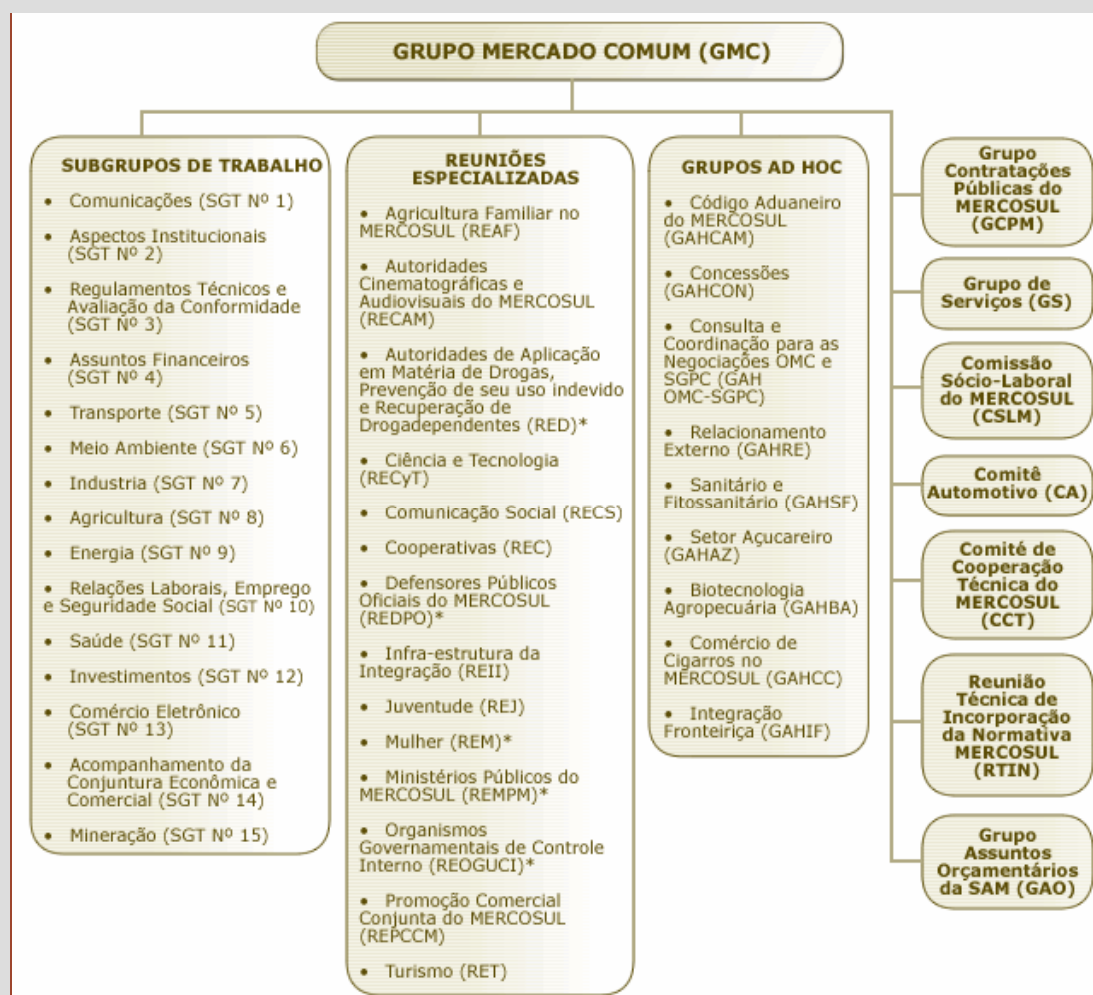
d) 2003-2006 - Ainda em vigência, caracteriza-se por uma forte virada política, que tem início com a posse do presidente Lula no Brasil e que culmina com a entrada da Venezuela no bloco. Com exceção do aumento de interesse nas negociações na OMC, apresenta uma baixa atividade negociadora externa (suspensão da ALCA e não acordo com a UE), mas intensa atividade negociadora regional (relação com a CAN, construção da CSN, integração energética, etc). Diferencia-se dos períodos anteriores por seu discurso político e valorização dos temas sociais.



## Estrutura Institucional

O Protocolo de Ouro Preto definiu a estrutura institucional (inter-governamental) vigente até hoje. No nível decisório manteve o Conselho do Mercado Comum-CMC e o Grupo do Mercado Comum -GMC e criou a Comissão de Comércio do Mercosul - CCM, que tem como função garantir a finalização da zona de livre comércio e a construção da União Aduaneira. Ampliou ainda o papel da Comissão Parlamentar Conjunta – CPC e criou um organismo consultivo de representação da sociedade civil, o Foro Consultivo Econômico e Social – FCES, instalado em 1996.

Com o tempo, foram sendo estabelecidas novas instâncias temáticas subordinadas ao Grupo do Mercado Comum e agregados vários organismos à órbita do CMC, a maioria de caráter político e escopo social mais amplo, como é o caso da Reunião sobre Direitos Humanos e o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul. Mas, todos, com baixo poder de interferência nas principais decisões políticas e econômicas que direcionam o bloco. Isto promoveu um crescimento desmedido da estrutura institucional que não tem se mostrado eficaz para resolver os impasses e lacunas do processo negociador.



fonte SAM – <http://www.mercosur.org.uy>

Depois de 2004 houve um importante avanço na estrutura do Mercosul, impulsionado pelas novas concepções políticas dos atuais governos dos 4 países. Principalmente devem ser mencionadas a criação do Tribunal Arbitral do Mercosul (instalado em 2006 no Paraguai), a criação do Parlamento do Mercosul, instalado em Montevidéu (UY) em maio de 2007 e o Instituto Social, instalado em Assunção em junho de 2007.

## O tratamento dos temas trabalhistas

Por pressão da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS, desde seu princípio o Mercosul contou com um espaço de tratamento dos temas trabalhistas - o Subgrupo de Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social, o SGT 10 - coordenado pelos Ministérios de Trabalho e com participação das organizações sindicais e empresariais dos quatro países. Funcionando desde 1992, o SGT 10 conseguiu alguns resultados importantes: a aprovação da Declaração Sociolaboral do Mercosul - DSL, em dezembro de 1998, um instrumento jurídico de caráter declaratório, não vinculante, que estabelece um compromisso entre os Estados Parte para a aplicação de um conjunto de direitos básicos e universais (direito de organização e negociação coletiva, não discriminação e igualdade de tratamento, erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçoso, implementação de políticas de emprego e formação profissional adequadas, adoção das normas fundamentais de saúde e higiene no trabalho, direito à seguridade social, etc). Para acompanhar sua aplicação foi criada a Comissão Sociolaboral-CSL, um órgão tripartite que começou a funcionar em 2000 e remete suas averiguações, recomendações e ou denúncias ao Grupo do Mercado Comum- GMC.

Além disso, em abril de 2004 foi realizada a primeira Conferência de Emprego do Mercosul. O encontro foi tripartite e teve como principal resultado a criação do Grupo de Alto Nível para a Estratégia de Emprego do Mercosul -GANEMPLE, que aprovou no CMC suas primeiras Diretrizes em 2007. As linhas de trabalho e metas estabelecidas pelo GANEMPLE incluem a transformação do Observatório do Mercado de Trabalho num instituto de composição tripartite que deverá funcionar como organismo técnico para auxiliar na implementação de novas políticas de emprego.

## As mudanças políticas e os novos desafios

A partir da eleição dos Presidentes Lula, no Brasil, em 2002, Kirchner, na Argentina, em 2003 e Tabaré Vasquez, no Uruguay em 2004, novos ventos políticos passaram a gerir o processo negociador do Mercosul e os temas sociais passaram a ter mais espaço.

Uma mudança significativa deu-se na política de relações externas. O Mercosul não aceitou a continuidade das negociações da ALCA e as propostas comerciais da União Européia, e passou a ter um papel de liderança na articulação das demandas de uma parte importante dos países em desenvolvimento nas negociações comerciais no âmbito da OMC. No plano regional, o Mercosul impulsiona o avanço da União Sul-americana de Nações e um complexo processo de integração energética (construção de gasodutos, extensão de linhas, biocombustível, etc)

Outro ponto muito importante foi a retomada de construção do mercado comum, através do Plano de Trabalho 2004-2006, um novo cronograma de metas aprovado em Montevideu no final de 2003. Um plano de trabalho que, diferentemente dos anteriores, colocou dentre os temas principais, ao lado da integração comercial, questões como: cidadania, direitos trabalhistas e sociais, integração produtiva, criação do Parlamento do Mercosul, etc.

No ano do 2004, quando o Protocolo de Ouro Preto cumpriu 10 anos, os Presidentes do Mercosul assumiram definitivamente a necessidade de buscar formas efetivas de reduzir as assimetrias estruturais e políticas existentes entre os 4 sócios, dando assim um importante passo para consolidar o bloco. A decisão foi consequência da forte pressão dos países menores – principalmente do Uruguay – e os primeiros passos só foram concretizados em 2006 com a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM, que tem como objetivos: *“financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração.”*

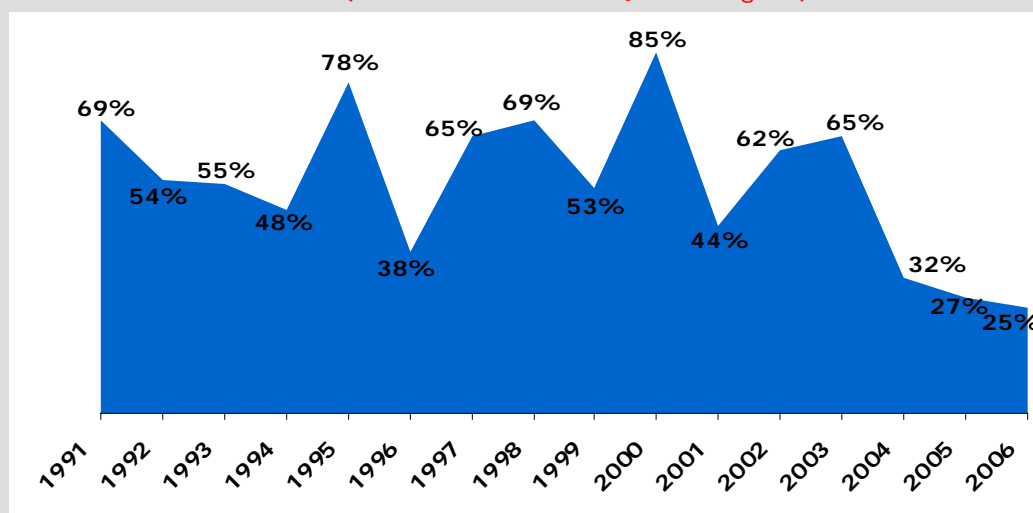
O montante total anual da contribuição dos Estados Parte ao FOCEM será de 100 milhões de dólares, integrado com base na média histórica do PIB do Mercosul: Argentina: 27%, Brasil: 70%, Paraguay: 1% e Uruguay: 2%. Quanto à distribuição dos recursos, será de acordo com as seguintes porcentagens: o Paraguay receberá 48% dos recursos, Uruguay receberá 32%, e a Argentina e o Brasil receberão 10% cada um. Em 2007 o FOCEM entrou em funcionamento e em janeiro aprovou os primeiros 7 projetos a serem financiados (a maioria no Paraguay).

Outro ponto a ser destacado é a ampliação da agenda social e cidadã do Mercosul. Basta ver as decisões e Declarações Ministeriais e Presidenciais recentes, como também a concretização de iniciativas importantes, dentre as quais citamos: a realização da Conferência Regional de Emprego (2004) e a criação do Grupo de Alto Nível de Emprego (2005); a criação das Reuniões Especializadas de Agricultura Familiar-REAF (2004) e de Jovens (2006); reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos (2005); GT sobre a Questão Racial – 2006 e a realização de Cúpulas Sociais em 2006 e 2007, com apoio dos governos e participação de dezenas de entidades sociais.

Analisando-se as Decisões do Conselho do Mercado Comum- CMC ao longo dos últimos anos, percebe-se que, a partir de 2003, há uma maior preocupação com os temas sociais e políticos e principalmente há uma forte onda de valorização do Mercosul e da integração sul-americana.

Quantificando os tipos de Decisões do CMC, de acordo com os temas em referência em seus títulos, percebe-se que cerca de 30% refere-se a questões ligadas ao estabelecimento do livre comércio (normas de comércio, atividades comerciais intra-Mercosul e com os países da ALADI, normas técnicas, comércio de serviços, etc) e 18% sobre a estrutura do Mercosul e o restante distribui-se por uma agenda de temas bastante diversificada. Mas se separarmos os dois blocos de Decisões e os tratarmos de forma periodizada, veremos como os novos temas se concentram neste último período.

#### Decisões do CMC em matéria de comércio (intra e extra zona) e estrutura institucional (funcionamento e criação de órgãos)



Fontes-OEA e Secretaria do Mercosul – codificação e elaboração de gráficos próprios

A partir do ano de 2004, as decisões do CMC sobre temas comerciais e institucionais reduziram-se consideravelmente. Pode-se aventar que a queda do número de Decisões em temas comerciais foi consequência da maior politização do processo, com a consolidação de uma política regionalista e estabelecimento de parâmetros mais exigentes no relacionamento externo.

Mas deve-se mencionar a ocorrência de fatos pouco alentadores como o aprofundamento do desequilíbrio comercial e das assimetrias entre os sócios menores e os maiores, que somente agora começam a ser enfrentados e as dificuldades em adotar uma política produtiva regional, através da integração das cadeias de valor, incorporação das pequenas e micro-empresas na rede de fornecedores das cadeias lideradas pelas multinacionais, visando criar um verdadeiro mercado regional de consumo, capaz de gerar empregos de qualidade.

## O papel dos sindicatos de Metalúrgicos

O movimento sindical dos países do Mercosul acompanha e participa ativamente desse processo, com presença direta em algumas das instâncias institucionais- fundamentalmente alguns subgrupos técnicos e no Foro Consultivo Econômico e Social –FCES. Essa ação unificada se dá através da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS, organismo criado em 1986, com o apoio da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores – ORIT integrada pelas seguintes centrais sindicais: Brasil - Central Única dos Trabalhadores-CUT, Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT e Força Sindical – FS; Argentina- Confederación General del Trabajo – CGT; Paraguai- Central Unitária de Trabajadores – CUT e no Uruguai – Plenário Intersindical de Trabajadores; Convención Nacional de Trabajadores PIT-CNT.

Em 1991 a CCSCS fez seu primeiro pronunciamento público sobre o recém criado Mercosul com a seguinte avaliação: "El compromiso sindical con la integración existe, a condición de que aquella sea real, en el sentido de que se garantiza una protección social, política y cultural y que la transformación de la estructura productiva no se desarrolle en perjuicio de los trabajadores y del conjunto de los sectores populares"....."En este sentido, los compromisos democráticos de nuestros gobiernos exigen una clara opción por la promoción de instrumentos de participación social de nuestros pueblos" .

No biênio 1993/94 a CCSCS estabeleceu como uma de suas prioridades a formulação de propostas sobre os principais temas comerciais e produtivos, mais especificamente a Tarifa Externa Comum- TEC, Regime de Origem, Políticas de Promoção e Reconversão Produtiva e a criação de um Fundo de apoio e financiamento à reconversão produtiva. As propostas foram apresentadas aos Ministerios de Industria, em 1994, mas foram desconsideradas, pois não se coadunavam com as prioridades dos governos neoliberais de então.

A Comissão Sindical Metalúrgica do Mercosul teve um papel decisivo nesse processo e forneceu os principais insumos e propostas para as formulações da CCSCS. Nesse processo, em várias oportunidades contou com o apoio do escritório regional da FITIM.

Na segunda metade dos anos 90, a indústria metalúrgica das duas maiores economias, enfrentou as sérias consequências dos equívocos das políticas de desregulação industrial e principalmente de convertibilidade cambial. Os empregos e salários foram diretamente atingidos e os sindicatos refletiram essa crise. Nesse período, a Comissão Sindical Metalúrgica, ligada a CCSCS (onde a totalidade dos sindicatos são filiados a FITIM) praticamente não atuou.

A partir das mudanças políticas mencionadas na Argentina e no Brasil, a indústria metalúrgica da região tem se recuperado e os sindicatos se fortaleceram nacionalmente e puderam voltar a atuar a nível Mercosul.

É importante registrar que segmentos industriais, como o automobilístico e o siderúrgico, têm crescido de forma significativa – no primeiro voltou a crescer o comércio intra-zona (hoje representa mais de 30% da balança comercial Brasil e Argentina) e no segundo, registra-se uma forte expansão das exportações argentinas e brasileiras a terceiros mercados (felizmente não competem entre si). Também deve-se mencionar que em ambos setores há uma fortíssima presença de grandes multinacionais, que controlam a cadeia produtiva e comercial na região e estão presentes em praticamente todos os países.

A compreensão desses aspectos é importante para fazer avançar o trabalho da Comissão Sindical Metalúrgica do Mercosul (coordenada pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM-CUT/Brasil entre 2004 e 2006 e, a partir de maio de 2007, pela Unión Obrera Metalúrgica –UOM/Argentina) para a construção de uma pauta comum de reivindicações- principalmente nesses dois segmentos. Os sindicatos têm discutido a necessidade de pressionar pela construção de comitês Mercosul de trabalhadores de mesmos grupos empresariais e pela negociação de um piso salarial comum com os segmentos empresariais.

Uma agenda que reflete as principais diretrizes da FITIM e que certamente contará com seu total apoio. (*FITIM, MetalWorld, novembro de 2007*)